

O BENTO da GIL

Director — HUGO D'ALMEIDA

SEMÁRIO NACIONALISTA

Editor — ANTÓNIO LINO

GIL VICENTE

A FIRMA Fidelino Figueiredo, estribado em sólidas deduções, que uma das características da literatura portuguesa, reside na escassez de teatro.

Tal particularidade deve filiar-se no carácter estruturalmente subjectivo do nosso povo, que ao lirismo dá foros de tema absorvente da nossa literatura.

Efectivamente, são as obras líricas que em caudais jorram de todas as épocas literárias. Excluindo as produções teatrais contemporâneas, algumas de extraordinário valor, a nossa literatura dramática resume-se, desde quinhentos até ao século XIX, à iniciadora, vasta e opulenta obra de Gil Vicente, à «Castro» de António Ferreira, ao «Fidalgo Aprendiz» de Francisco Manuel de Melo, a alguns trabalhos do «Judeu», António José da Silva, ao Frei Luiz de Sousa, de Garrett, e pouco mais.

Se, na verdade, são minguadas as boas produções teatrais, a obra de Gil Vicente é tam genial, abundante e variada, que enche bem a lacuna que o crítico Fidelino Figueiredo aponta na literatura portuguesa.

Sem modelos literários, apenas com rudimentos religiosos, as orações, as salvas, os ensalmos, as loas, as profecias, os clamores, e alguns elementos tradicionais civis, os vilancetes, as enseladas, as chacotas, as xacarandinas e solãos, — Gil Vicente, mercê do seu fulgurante talento inovador, quasi tudo teve de construir, para lançar as bases do teatro português.

Palaciano das côrtes de D. Manuel e D. João III, deve-se, porém, ao seu forte temperamento plebeio, a audácia da crítica, a fereza do sarcasmo, a irreverência da idea, características que um lirismo doce imbricava de suavidade e ternura.

Em Gil irrompeu o génio criador, na sua mais pujante expressão.

Exerceu influência sobre Calderon de la Barca, Shakespeare, talvez Goethe, levou Erasmo, segundo dizem, a estudar a lingua portuguesa só para o ler, e Garrett, acolheu-se sob o seu nome, para restaurar o teatro.

A sua actividade, prodigiosa e incessante, estende-se desde 8 de Junho de 1502, com a recitação do monólogo dos «Vaqueiros» ou de «Visitação» até Dezembro de 1536, com a representação da «Floresta dos Enganos», a derradeira que fez Gil Vicente em seus dias, conforme a rubrica traçada por seu filho.

No mar das conjecturas em que voga a sua vida, desde o nascimento até à morte, são os anos de 1502 e 1536, as datas basilares da existência literária do poeta.

*

Depois da morte do príncipe D. Afonso, filho de João II, pairou sobre o reino profunda desolação. A alegria nacional emmudeceu. O falecimento do Príncipe Perfeito, e em seguida a viuvez de D. Manuel, mais ensombraram a tristeza pública.

D. Manuel consorcia-se em segundas nupcias, com a cunhada D. Maria, e deste casamento nasce o novo herdeiro, futuro rei D. João III. A alegria popular irrompe, espontânea e franca. Gil Vicente quer também compartilhar nas festas nacionais.

Numa quarta-feira, em 8 de Junho de 1502, dois dias depois do parto, entra no quarto da convalescente e recita o monólogo do «Vaqueiro» ou da Visitação.

A rainha D. Leonor, irmã do monarca, inteligência elevada, fundadora das Misericórdias, fomentadora da imprensa, protectora das letras, acarinha Mestre Gil, incita e estimula o seu genial talento, condu-lo a lançar as bases do teatro português.

Gil Vicente ilumina e deslumbra a sua época com as suas criações.

Os despeitados, os inferiores e invejosos, hostilizam-no e caluniam-no de plagiador.

O autor dos «Aitos» aniquila os seus adversários escrevendo a farsa Inês Pereira, sobre o motivo que lhe ofereceram: «mais quero asno que me leve, que cavallo que me derrube».

A farsa Inês Pereira representa pela sua feitura e movimento, a primeira comédia regular que apareceu no teatro português, como afirma Teófilo Braga.

A Câmara de Guimarães, escolhendo o dia 8 de Junho para feriado municipal, proporciona-nos ensejo de evocar o génio de Gil Vicente, glorioso filho desta Terra, segundo as opiniões mais abalisadas dos seus biógrafos.

A' MARGEM

No torvelinho de confusas teorias em que muitos espíritos se gastam, o discurso que Salazar pronunciou em Braga, no dia 26 de Maio, é fonte de inefável beleza onde as almas ansiosas de verdade se dessedentam e refrigeram.



Para além daqueles conceitos expostos em cristalina linguagem, só pode haver poeira, quimera, nuvem vaporosa que o sol doura por instantes.



Por este discurso, por esta cartilha, por este catecismo, devemos aprender a rezar com patriótica devoção o ideário nacional.

As suas verdades são dogmas que não admitem discussão.

«Compenetrado do valor, da necessidade, na vida, duma espiritualidade superior, sem agravo das convicções pessoais, da indiferença ou da incredulidade sinceras, temos respeitado a consciência dos crentes e consolidado a paz religiosa. — Não discutimos Deus.»

«Não discutimos a Pátria, quer dizer, a Nação na sua integridade territorial e moral, na sua plena independência. Ha-as mais poderosas, mais ricas, porventura mais belas; mas esta é a nossa, e nunca filho algum de coração bem formado teve o desejo de ser filho de outra mãe.»

«Não discutimos a autoridade. Ela é um facto e uma necessidade: só des parece para se reconstituir, só se combate para a entregar a outras mãos.»

«Não discutimos a família. Aí nasce o homem, aí se educam as gerações, aí se forma o pequeno mundo de afectos, sem os quais o homem difficilmente pode viver. Quando a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem os homens diante do Estado, isolados, sem arrimo, e despidos moralmente de mais de metade de si mesmos: perde-se um nome, adquire-se um número — a vida social toma logo uma feição diferente.»

«Não discutimos o trabalho, nem como direito nem como obrigação. Nem como direito, porque seria obrigar aqueles que não têm senão o seu braço a morrer de fome; nem como obrigação, porque seria conceder aos ricos o direito de viver do trabalho dos pobres.»

(Continua na 3.ª página)

D A C I D A D E

SOCIEDADE

ANIVERSÁRIOS:

Durante a próxima semana fazem anos os ex.^{mas} senhoras:

Dia 8 — D. Carmem Gomes Ferreira, D. Maria Carolina do Amaral Ferreira, D. Maria da Encarnação de Carvalho e Jacinto.

Dia 9 — D. M. tilde C. Martins de Menezes (Margaride), D. Ana de Barros Sarmiento, Menina Maria Fernanda Freitas do Amaral Lobo de Freitas e D. Adelaide Leão da Cruz Fernandes.

Dia 14 — D. Ana Cardoso Martins de Menezes (Margaride).

E os ex.^{mos} senhores:

Dia 7 — Dr. António Couto.

Dia 9 — Miguel Braga Teixeira de Faria.

Dia 10 — Dr. Fernando de Matos Chaves.

Dia 11 — António Luiz da Silva Dantas e Fernando Ferreira de Menezes.

Dia 12 — D. Adelaide Leão da Cruz Fernandes.

Dia 13 — Dr. Alberto Ribeiro Jorge Gaspar e A. Pereira Guimarães.

Dia 14 — Dr. Adelino Jorge, João Cardoso Martins de Menezes (Margaride), Menino António Fernando Trocado Freitas do Amaral.

DE REGRESSO:

Chegou de Lisboa, onde foi assistir à distribuição de prémios do concurso dos Jogos Florais, o poeta vimaranense, sr. Jerónimo de Almeida.

DE VISITA:

Esteve no passado domingo entre nós, de visita a sua família, o sr. Amadeu Guimarães, activo empregado comercial da praça do Pôrto.

VIDA MUNICIPAL

A comissão administrativa da Câmara Municipal autorizou o pagamento de 4:600\$00 à Liga dos Combatentes da Grande Guerra, para a aquisição de terreno destinado à sepultura dos combatentes; assumiu a responsabilidade da instalação e mobiliário para o funcionamento do 2.º lugar masculino da Escola de S. Miguel das Caldas e ordenou o pagamento de 3:000\$00 à Casa dos Pobres.

Sessões nacionalistas

O Estado Novo no Liceu Martins Sarmiento

Com a presença dos professores e alunos deste estabelecimento de ensino, o seu Reitor, o sr. dr. José Francisco dos Santos, pronunciou uma notável palestra sobre os princípios do Estado Novo.

Sua ex.^a pôs em contraste, baseado em factos e numeros, a decadência e abatimento nacional-antes do Movimento salvador do 28 de Maio, e sua restauração após 10 anos de trabalho construtivo, mercê da patriótica governação do genial estadista sr. dr. Oliveira Salazar.

O conferente recebeu no fim da leitura da sua valiosa palestra, uma prolongada salva de palmas.

Escola Industrial

No dia 26 de Maio, na Escola Industrial e Comercial de Francisco de Holanda, realizou uma conferência sobre o Estado Novo Corporativo o distinto professor daquele estabelecimento de ensino, sr. dr. Fernando Gilberto Pereira.

O conferente dissertou com brilho sobre a orgânica corporativa, afirmando que está na sua plena radicação, a grandeza de Portugal.

Assistiram alguns professores e muitos alunos.

No final o conferente foi muito aplaudido.

Comemoração Gilventina

O grupo cénico «Mocidade Alegre», elenco de subido valor teatral, promove no dia 8 de Junho, feriado municipal em homenagem a Gil Vicente, uma festa comemorativa do genial criador do Teatro Português.

Do programa faz parte a representação da farsa de Inês Pereira, uma palestra sobre o grande comediógrafo pelo sr. Manuel Alves de Oliveira, recitação do monólogo do *Preguiçoso e do Vaqueiro*, respectivamente por Araújo Dantas e Miguel Rodrigues. O guarda roupa, à moda da época, é da casa Valverde.

Os pedidos de bilhetes têm sido numerosos.

O sarau realizar-se-á com a presença das autoridades locais, no Salão de Festas do Asilo de Santa Estefânia.

Homenagem a padre Gaspar Roriz

A convite da secção do Sindicato dos Empregados do Comercio e Grupo Dramático «Padre Gaspar Roriz», realizou-se segunda-feira passada, dia 1 de Junho, no salão nobre da primeira colectividade uma reunião pró-homenagem ao saudoso padre Gaspar Roriz, vimaranense que no sacerdócio, na oratória e jornalismo conquistou os mais nobilitantes triunfos.

Presidiu o sr. padre Domingos Gonçalves da Silva, em nome do prestigioso arcebispo deste concelho, secretariado pelos srs. A. L. de Carvalho, pelo Município e António Emilio Ribeiro, membro da direcção da V. O. Terceira de S. Francisco.

O sr. Américo Alves Ferreira, expôs o seguinte projecto de homenagem ao saudoso padre Gaspar Roriz, que mereceu plena aprovação da distinta assembleia: afixação de uma lápide numa das ruas que a ex.^{ma} Câmara indicar, que ficará denominada padre Gaspar Roriz; romagem ao cemitério; sessão solene em que será evocada a memória do homenageado e representação da peça teatral *Herói Minhoto*, de padre Gaspar Roriz.

O sr. A. L. de Carvalho lembrou que era aconselhável adicionar uma homenagem que perdurasse, pelo que alvitrou a publicação, em volume, dos dispersos de padre Gaspar Roriz.

Para o cumprimento desta deliberação, ficou também nomeada uma comissão.

JOGOS FLORAIS

No concurso de jogos florais promovido pela Emissora Nacional em comemoração do Ano X da Revolução, foi agraciado com uma menção honrosa o nosso conterrâneo e distinto poeta sr. Jerónimo de Almeida, que colaborou naquele elevado certamen literário com uma poesia nacionalista.

Ao festejado poeta vimaranense apresentamos os nossos parabens.

Repetição do sarau orfeónico

A direcção do orfeão vimaranense, no intuito de satisfazer as inúmeras pessoas que não puderam, em consequência das estreitas dimensões do salão, assistir ao sarau do seu grupo coral, resolveu repetir o programa amanhã, dia 7, pelas 22 horas, no mesmo local, salão da V. O. T. de S. Francisco.

ELEIÇÃO

Procedendo-se à eleição da Mesa Administrativa da V. O. Terceira de S. Domingos, desta cidade, para o biénio de 1937 e 1938 foram eleitos os irmãos seguintes:

Reitor, António de Freitas Ribeiro; Sub-Prior, José Luiz de Pina; Secretário, Armando Umberto Gonçalves; Vigário do Culto Divino, P.^e António da Costa Pereira Guimarães; Tesoureiro, Francisco Pereira da Silva Quintas; Vogais: Alberto da Cunha e Castro, António da Silva Xavier, José Pinto Pereira de Oliveira e Manuel da Cunha Machado; Substitutos: Alberto Pimenta Machado, Alberto Vieira Braga, Alexandrino Pereira da Costa Guimarães, Francisco da Silva Martins, Manuel Fernandes Braga e Paulino de Magalhães.

Comissão auxiliar do Culto e beneficência — Piora Honorária, D. Carolina de Macedo Bastos; Piora efectiva, D. Luiza de Araujo Gomes Guimarães; Sub-Piora, D. Josefa Adelaide Meira; Vogais, D. Antónia Alves de Castro e Sousa; D. Deolinda Lobato Braga; D. Eva Ribeiro Braga e D. Maria Ludovina Ferreira.

PELAS LETRAS

Do poeta vimaranense sr. Delim de Guimarães recebemos, numa artística brochura, uma colectânea de poesias dedicadas:

«Aos mortos da Grande Guerra de infantaria, 20».

Bardo de estilo inspirado, os seus versos são cantos de amor a esta terra que Delim de Guimarães ama e idolatra com todas as veras.

Agradecemos a oferta.

O Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara, Dr. José Francisco dos Santos, recebeu do glorioso Presidente do Conselho, o seguinte telegrama.

«A V. Ex.» e ao bom Povo de Guimarães apresento protesto do mais sentido reconhecimento pelo carinho com que o Ex.^{mo} Chefe do Estado e eu fomos recebidos nessa cidade.»

OLIVEIRA SALAZAR.

Câmara Municipal de Guimarães

A' MARGEM

Nota das verbas dispendidas e ainda das verbas recebidas do Estado em regime de comparticipação, desde 28 de Maio de 1926 até 29 de Fevereiro de 1936, pedida na circular dimanada da Direcção Geral Política e Civil do Ministério do Interior, a saber:

VERBAS DISPENDIDAS

1. ^a — Obras de urbanização. (Arruamentos, pavimentações, jardins, etc.)	833.729\$60
2. ^a — Abastecimento de águas	354.375\$20
3. ^a — Esgôtos	7.170\$00
4. ^a — Electrificação	\$
5. ^a — Vias de comunicação. (Estradas, caminhos, etc.)	3.172.835\$55
6. ^a — Edifícios públicos	2.742.285\$35
7. ^a — Escolas	469.752\$95
8. ^a — Assistência	276.786\$10
9. ^a — Várias	482.614\$70
	8.389.612\$45
Verba recebida do Estado em regime de comparticipação	469.130\$20

Informação sobre as contas públicas de 1934-36

Com a pontualidade que é timbre da administração do Estado Novo foram publicadas as contas do ano económico de 1934-1935.

É este o sétimo ano de gerência financeira do sr. dr. Salazar e pelo mesmo número se contam os anos em que deixaram de pesar na economia nacional os *deficits* que se haviam tornado crónicos e e nos atiravam para a ruína e para o descrédito.

Neste facto da apresentação das contas públicas há alguma coisa a assinalar. Não é só o estranho caso de, em época particularmente difícil termos realizado o que em tempos mais propícios não conseguimos. São os contrastes e os métodos, que se apresentam naturalmente ao nosso espírito.

Num longo período de democracia ou regime chamado de opinião, os resultados da gerência financeira não eram matéria que merecesse a atenção sequer dos representantes do povo. As contas que se publicavam, tardiamente, tinham alguma coisa de indecifrável na sua compleição desordenada. Todo o interese se voltava para a votação do orçamento, quando chegava a fazer-se, menos pelo que continha de boa técnica financeira do que pelo pretexto que era de satisfazer as conveniências da política partidária. E, com as facilidades na abertura de créditos extraordinários, havia um abismo entre a previsão das despesas e a sua efectivação.

Depois de 1928, os orçamentos,

regidos por princípios severos que passaram ao próprio texto constitucional, não só se publicam a tempo como na sua estrutura são modelo de simplicidade e clareza. A sua execução obedece à mais rígida disciplina e daí vem as contas serem de fácil leitura e mostrarem o cuidado escrupuloso da administração.

Nunca os governos da democracia se preocuparam de dar ao povo explicações sobre o modo como administravam nem de lhe comunicar as suas dificuldades e as suas apreensões. Agora, estabelece-se um contacto tão íntimo entre quem governa e o povo, que aos espíritos mais simples é possível considerar a vida financeira do Estado como parte das nossas preocupações cotidianas.

Os relatórios que precedem as contas públicas descem às maiores minúcias para esclarecerem os fenómenos que as mesmas traduzem. Eles são verdadeiros compêndios vivos da ciência das finanças. Assim, é o que acaba de publicar-se.

Abrangeu o ano económico de 1934-35 o período de 18 meses, para que, de futuro, se ajustassem as contas do Estado ao ano civil. São, pois, os números totais reduzíveis a dois terços para a sua comparação com os anos anteriores.

Os resultados gerais do ano económico (18 meses) foram: receitas, 3:203 contos; despesas, 2:886 contos; ou seja um saldo de 317:000 contos. Aos primeiros doze meses

correspondem 2.135 contos de receitas e 1:924 contos de despesas e um saldo de 221:000 contos.

Se o que interessa essencialmente são estes saldos, convém, contudo, notar como se adquiriram. No capítulo das receitas, excluindo empréstimos e deduzindo os juros de títulos na posse da Fazenda, — quer dizer, o que representa carga tributária e rendimentos próprios do Estado — mostra-se que o aumento sobre 1933-34 foi de 42 mil contos. Nêle se inclui como mais importante o produto da taxa de salvação nacional sobre a gasolina (26 mil contos) quando em condições anormais baixou o seu preço e se providenciou por forma a evitarem-se especulações. Não se devem, pois, os saldos a agravamento de impostos. Alguns tributos como as taxas aduaneiras e o imposto do selo mostram a sensível melhoria das transacções. No capítulo das despesas não se realizaram algumas por circunstâncias explicáveis e representam economias nos serviços, outras.

Somam os saldos das contas desde 1928 a importante quantia de 1:158 contos. Dêstos foram gastos 171:000, em parcimoniosa aplicação produtiva, aumento do Património Nacional, liquidação de débitos atrasados, melhoramentos rurais e auxílio aos pobres.

Temos um termo de comparação: os *deficits* de 1910 a 1927 somam cerca de 80 milhões de libras e aí se encontram as causas

(Continuação da 1.^a pág.)

«Assim se assentaram os grandes pilares do edifício e se construiu a paz, a ordem, a união dos portugueses, o Estado forte, a autoridade prestigiada, a administração honesta, o revigoramento da economia, o sentimento patriótico, a organização corporativa e o Império Colonial.»



Deus, Pátria, família, trabalho, eis as pedras do edifício moral, social e económico que se chama Estado Novo.

São verdades, são dogmas.



Penetrarmo-nos delas e ensiná-las aos nossos filhos, é esconjurar a barbárie comunizante que resfolega ao longe em catadupas de ódio.

O Berço da Grei

Redacção e administração
Rua da República, 48-1.^o

Propriedade da Empresa

Assinatura anual, 20\$00; trimestral, 5\$00
e avulso, \$50

Composto e impresso:

Tip. «Minerva» — Famalicão

financeiras da decadência a que tínhamos chegado.

Os sete anos seguintes são os da obra de reconstrução nacional que está bem patente aos nossos olhos, com a qual refizemos a nossa economia, o prestígio e crédito externo e nos eximimos às piores consequências da crise geral.

A invejável posição financeira que alcançamos é a mais sólida garantia de continuação dessa obra e de defesa das gerações futuras.

Atentemos nas últimas palavras de Salazar: «No campo político, económico e social, embora sofrendo com o sofrimento alheio, pisamos felizmente terreno firme; estamos sob esse aspecto em condições mais favoráveis que outros, açoitados por todas as experiências, sem descobrirem o seu norte e sem atinarem com o modo de assegurar o trabalho, a justiça, a ordem».

«Demais a parte humana da nossa obra irradia pelo mundo; a parte nacional é entranhadamente portuguesa. Não era isso o que se queria?»

Sem rodeios

Desapareceram todas as variadas cores políticas em que os homens se rotulavam, para apenas ficar frente a frente o nacionalismo, a autoridade, a ordem, e o comunismo, a indisciplina, a desordem.

Neste combate sem tréguas entre as forças do bem e do mal, exige-se a colaboração activa, persistente e contínua, de todos aqueles que querem o respeito pela família, pela honra da mulher, pela ordem no trabalho, pela dignidade humana, pelo direito de propriedade, pela independência da nação e pela integridade do nosso poderio colonial.

Todos os que se alhearem desta batalha, contribuem, embora passivamente, para o triunfo das forças do mal.

Cometem crime nefando.
São réus da História.

Acelera-se a propaganda comunista, arregimentam-se os demolidores da nossa sociedade, na ânsia do botá-abaixo.

Como entrar essa avalanche da desordem?

O burguês fica tímido, desorientado e apático.

Exige-se, porém, para a sua própria salvação, uma atitude enérgica e decisiva.

A perplexidade representa o seu próprio suicídio.

Para se salvar cumpre-lhe tomar três atitudes, simples, mas resgatadoras.

Primeiro — cerrar fileiras à volta de Salazar, que numa Europa em desordem, tem conseguido, mercê do seu espírito genial de estadista, manter a ordem da casa lusitana.

Segundo — para que esse gesto seja positivo, concreto, impõe-se a sua inscrição na União Nacional, o único organismo civil de apoio ao Estado Novo, desenvolvendo, dentro desta associação de homens bons, em obediência às ordens de Salazar, a acção que lhe fôr indicada.

Terceiro — assinar os órgãos defensores da Ordem e devolver os jornais pardos, os incolores, os neutros, sem orientação doutrínaria nem rumo definido.

Cumpridos estes deveres elementares em defesa da nossa civilização cristã, ameaçada pelas novas invasões de vândalos, podemos estar certos de que amanhã, na hora em que a História nos pedir contas, não sentiremos o acicate do remorso a aguilhoar a nossa consciência.

Findam hoje dez anos que constituem na História pátria apenas uma era de restauração; vão começar outros dez que hão-de constituir uma era de engrandecimento.

SALAZAR.

Orfeão de Guimarães

SARAU DE ARTE

A auspiciosa estreia do Orfeão de Guimarães representa a revivência do culto pelo canto, tam decaído nesta Terra de gloriosas tradições corais.

Após uma acção porfiada e exaustiva que só os enamorados da arte são capazes de desenvolver, o sr. Filinto Nina, abalizado professor de canto e música do Liceu de Martins Sarmiento, coadjuvado por valiosas dedicações, entre as quais é justo salientar a do sr. António Guise, — organizou um grupo orfeónico que pelo esmero, ritmo e harmonia das suas vozes constitue já um título de embevecimento para Guimarães.

A sua apresentação ao público vimaranense no dia 31 de Maio, pelas 10 horas, no salão da V. O. T. de S. Francisco, com uma selecta e numerosa assistência, constituiu um notável acontecimento artístico.

Foi uma noite de arte, na mais pura acepção do termo.

Nesta Terra de trabalho um sarau desta natureza é uma nota de elevação, doçura e espiritualidade, a suavizar as durezas da vida.

Contribuir para o florescimento do orfeão, robustecê-lo, criarlhe sólidas condições de triunfo, é dever de todos os vimaranenses.

O programa foi cumprido literalmente, excepto a execução ao piano «Obras de autores portugueses», pelo folclorista Armando Leça, que por motivos de força maior não pôde abrilhantar este sarau com o seu talento de musicógrafo.

Em primeiro lugar pronunciou um expressivo discurso o Presidente da direcção do orfeão, sr. padre Carlos Simões de Almeida, de que noutro lugar transcrevemos alguns passos.

Discurso formoso, alia à graça e vernaculidade da forma, a elevação da idea. Foi muito aplaudido.

Em seguida o escritor e poeta dr. Abílio de Mesquita proferiu uma brilhante dissertação sobre a história do Canto e as influências do meio físico no carácter e nas modalidades regionais das canções portuguesas.

Trabalho erudito, escrito em linguagem colorida e atraente.

No final a assistência tributou-lhe uma prolongada salva de palmas.

Dá entrada no palco a bandeira do orfeão do Pôrto, cuja direcção e regente, maestro Raúl Casimiro, vieram associar-se à estreia da congénere agremiação vimaranense.

O grupo coral inicia a execução do seu programa pelo Hino do Orfeão de Guimarães, versos

do nosso conterrâneo sr. Jerónimo de Almeida e música de Filinto Nina.

A assistência entusiasmada palmeia com frenesí. Filinto Nina é alvo de uma ovacção.

Seguem-se «Orvalhadas», «Pr'o Mar», «Adoramus Te», «Ceifeiras», que tiveram interpretações primorosas, cheias de emoção, cor e viveza, mercê das expressivas tonalidades vocais.

Na segunda parte os tenores Luciano Barbosa de Oliveira e Miguel Rodrigues cantaram com agrado, respectivamente, «Improviso» e «Canção da Tarde».

O académico Rodrigo de Sousa Feliz recitou com a graça que lhe é peculiar diversas poesias.

A ex.^{ma} sr.^a D. Maria Rosa Nobre, delicado temperamento de artista, prestou também gentilmente o seu concurso a este sarau com os primores da sua voz cristalina, emotiva e doce.

Acompanhada ao piano pelo professor do Conservatório de Música do Pôrto, José Ferreira das Neves e pelo violinista António Guise cantou com ternura e sensibilidade «Passeio de Santo António» e «Amoras».

Foram instantes de artística vibração que a assistência viveu.

A ex.^{ma} sr.^a D. Maria Rosa Nobre foi endereçada uma calorosa salva de palmas.

A nóvel pianista D. Margarida Costa interpretou ao piano trechos de Liszt, Chopin e Oscar da Silva.

A assistência aplaude.

Antes da execução da terceira parte do programa a sr.^a D. Teresa Maria Mota Prego de Faria, em nome das madrinhas, ofereceu à bandeira do Orfeão de Guimarães um artístico laço.

A sr.^a D. Maria Rita Meira Machado colocou uma fita na bandeira do Orfeão do Pôrto.

O presidente deste organismo agradece e retribue a manifestação de carinho, colocando na bandeira do Orfeão de Guimarães uma recordação.

Os números da terceira parte do programa foram executados pelo grupo coral com perfeição e requintado gosto artístico.

«Coimbra Lendária» agitou a assistência de emoção.

O sr. Filinto Nina confia a regência do Hino Nacional ao maestro Raúl Casimiro que o auditório ouve de pé.

Uma vibrante salva de palmas coroa este sarau que a todos deixou um rastro de saúde pela elevação artística de que se revestiu.

Parabens aos dirigentes e componentes do Orfeão de Guimarães pelo triunfo obtido.

No mesmo dia 31, pelas 11 ho-

Sobre a última "nota oficiosa" da Associação Comercial

A estirada «nota oficiosa» da Associação Comercial, datada de 22 de Maio de 1936, está a pedir uma dissecação íria, rigorosa e cirúrgica.

Ela é um sintoma do bairrismo personalista que para aí se apregoa.

Estavamos, na verdade, longe de prever que as nossas palavras de um dos últimos «à margem» — «outros põem à parte as atitudes para atacar as pessoas que as assumem» — fôssem, em «nota oficiosa», concretizadas por uma Colectividade que noutros tempos foi orgulho da nossa terra.

Saibam os senhores da Associação Comercial, que as alusões pessoais, embora veladas, em qualquer discussão, nunca foram índices de «perfeita correcção», como se pavoneiam logo no começo da «nota oficiosa».

Discutam as atitudes, desfiem os argumentos, mas não façam, para honra e dignidade da nossa terra, insinuações pessoais.

Lembrem-se de que os jornais de Guimarães também são lidos por pessoas de outras localidades.

Aquelas palavras «... mesmo quando, como no caso presente, sejam redigidos por *letrados* com nome feito entre os mais excelsos cultores das letras patrias...» não elevam quem as subscreve.

Esta manifesta alusão pessoal de carácter depreciativo, inferioriza e desvirtua uma discussão, que, em obediência à mais elementar noção cívica, nunca devia afastar-se de análise dos factos.

Que valor e realce pode dar à argumentação dos senhores da Associação Comercial as palavras «como crêem certos indivíduos que, na ânsia de se elevarem acima do nível comum dos mortais, constantemente propagandeiavam as suas pessoas e as maravilhosas produções das suas inteligências invulgares e das suas enciclopédicas aptidões...», com manifestas alusões de ordem individual?

Nunca nos passou pela mente que a Associação Comercial viesse publicamente corroborar de forma categórica que, afinal, no fundo destas infelizes discussões, há apenas personalismos doentios.

E' assim, como se desprestigia uma instituição e inferioriza uma terra.

ras, foi mandada celebrar uma missa na V. O. T. de S. Francisco pela alma dos orfeonistas falecidos.

O orfeão cantou no câro o «Adoramus Te».

Em seguida dirigiram-se para a sede, na rua da República, com uma banda à frente, onde dispersaram.

A "Nota Oficiosa" n.º 2 da "Associação Comercial e Industrial"

Uff! Que massada!

Três altas colunas, em corpo 8, para se justificar um dislate, é farandolagem de palavras. A sua leitura produziu-nos o efeito de cascalho revolvido. Melhor é reconstituir os factos, para se imprimir um pouco de ritmo em semelhante desordem de ideias.

Reconstituamos, pois:

a) A Câmara oferece à Associação um subsídio de 70 mil escudos, para esta realizar as «Gualterianas».

b) A Câmara outorga à Associação esta *confiança*, dando-lhe plena independência para agir, quanto ao programa.

c) A Câmara toma esta atitude, com três meses de antecipação da Festa, e aguarda o assentimento da Associação. Perante esta atitude da Câmara, qual devia ser a atitude da Associação?

a) Agradecer à Câmara a sua *prova de confiança* na administração e aplicação dos 70 mil escudos de subsídio.

b) Tomar o encargo das «Gualterianas», com galhardia e inteligência, pois que foi a Associação a sua Precursora.

c) Combinar, finalmente, a melhor maneira de fazer o levantamento, «total» ou «parcial» do subsídio votado pela Câmara. Procedeu assim, por esta maneira sensata e criteriosa a Associação?

Não! A Direcção da Associação preferiu subir à tribuna da imprensa, abrir a guela e gritar alto a sua «Nota oficiosa» n.º 1.

O que diz, em síntese, esse *deplorável* documento?

a) Lamenta se tenham perdido 4 meses, «sem que nada se tivesse feito»; lamentação que, traduzida à letra, é uma *censura* à Câmara.

b) Põe condições formais de «absoluta autonomia» na escolha do programa e «sua realização»; o que é impertinência e dislate, visto *nenhuma restrição ou condição lhe haver sido posta pela Câmara*.

c) Finalmente, esquece os efeitos perniciosos de certos «pregões publicos», os melindres de certas atitudes, e põe a *condição formal, perentória, de receber o subsídio adiantadamente, sob pena de não dar começo aos trabalhos!*

Resultados dêste insólito e estranho procedimento da Direcção da Associação?

a) Agravou o prestígio e bom nome da colectividade que representa.

b) Desgostou a maioria dos seus consócios.

c) Maguou a dignidade da Vereação.

d) Feriu o prestígio da instituição Municipal.

e) Alienou da Associação a honra de promover e presidir às «Gualterianas».

f) Desserviui os interesses dos lojistas.

g) Numa palavra: A Direcção da Associação *praticou não só um acto deselegante e inhábil, como infrutuoso e prejudicial às boas relações que, com aprumo e correcção, sempre se têm mantido entre Câmara e Associação.*

Quis a «Nota oficiosa» n.º 2 de *lar remendo* ao mal produzido com a «Nota oficiosa» n.º 1.

Porque maneira o fez?

Esbofariando-se num relato de história retrospectiva—inútil.

Para mais acentuação de falta de gravidade na literatura da «Nota oficiosa», deram-lhe o tom impróprio de polémica jornalística, enveredando erradamente pelo atalho de causa pessoal.

Curioso documento de insensatez!

Ainda assim embora o pano melhor fôra fechasse a cena—quero, *com constrangimento mas à boa paz*, responder às *feias acusações* que me dirige a Direcção da prestimosa Associação Comercial e Industrial de Guimarães.

1.ª Acusação:

— Não ajudou o Vereador A. os esforços da Associação junto da Câmara, para esta aumentar o subsídio destinado às «Gualterianas».

Resposta:

— E' verdade. Diante de orçamento *deficitário* em que o Município se debate, o Vereador A. entendeu que a verba de 70 mil escudos para a celebração das «Gualterianas» era suficiente.

2.ª Acusação:

— O Vereador A. apresentou à Câmara uma proposta para ser organizado um rancho regional, típico, sendo a indumentária paga pela verba das «Gualterianas», o que era, acrescenta, *desfalcicar a dita verba.*

Resposta:

— E' verdade. A Câmara aprovou a referida proposta, por a achar *útil nos seus efeitos de cultura popular.*

Aprovou que a despesa fôsse feita pela verba das «Gualterianas», por se tratar de *um número destinado ao seu programa.* Quanto à circunstância de o Vereador A. não fazer, primeiramente, sujeitar a sua proposta ao consenso de uma Comissão já nomeada para levar a efeito as «Gualterianas», tem esta justificação: O Vereador A. era delegado da Câmara junto de outros dois delegados, um pela Associação Comercial e outro pela Associação dos Caixeiros.

Entendem, pois, êsse Vereador A., que devia ser fiel intérprete da procuradoria que recebeu.

Dêste modo, fazendo passar pelo *crivo* dos seus colegas Vereadores a proposta referida, *praticou um acto de correcta e leal representação.* A função do Vereador A. era, em primeiro lugar, pôr escrupulo na aplicação dos dinheiros. Ora, se o subsídio municipal era o *único* que pagava as «Gualterianas» implicitamente cumpria a obrigação de se ajustar à vontade da Câmara, tanto quanto possível, as linhas gerais do programa das mesmas «Gualterianas». E se êsse *dever* a toda a Comissão *obrigava*, — até mesmo por cortezia! — mais essa obrigação impendia sobre aquele que, como o Vereador A., era dentro dessa Comissão o delegado da Câmara.

3.ª Acusação:

— A proposta que o Vereador A. apresentou à Câmara para ser confiada a celebração das «Gualterianas» à Associação, devia primeiramente, discorrer êles, ter o assentimento da mesma Associação.

Resposta:

— Não tinha o Vereador A. que dar prévio conhecimento da sua proposta á Associação. Se esta colectividade é aquela que, há vinte anos, foi a dinamizadora das «Gualterianas»; se ainda hoje, sempre que de «Gualterianas» se trate, é nessa colectividade que se põem os olhos e é para ela que se dirigem os apelos da imprensa, como a «pioneira» máxima dêsse encargo; se, numa palavra, é essa Associação quem, na defeza dos seus interesses de classe, mais directamente lucre com as «Gualterianas», — *zique diabo de questão prévia seria preciso pôr, sabido, demais a mais, que conferir a Câma a à Associação tal encargo, era uma honra, uma prova de confiança, um título de orgulho para o seu fóro associativo?!*

Se o encargo fôsse outorgado a outra colectividade, que não à Associação Comercial e Industrial, justificava-se o reparo. Assim, dar à Associação um *bom ensejo de se destacar*, oferecendo-lhe para isso, *dinheiro e comando*, só era motivo para a Associação *aceitar e agradecer!* Mas basta de importância! Dispa a gente que fala em nome da Associação a sua toga de juiz, tome o seu lugar no *banco dos réus*, e, siga cada um o seu caminho, consoante suas predilecções.

Uns para as *inglórias* funções da *taramelice indígena*, e outros — os poucos! — para a Acção.

Lá estarei — com êsses poucos!

A. L. DE CARVALHO.

Esclarecendo

A segunda nota oficiosa da Associação Comercial é pela sua extensão quilométrica um símbolo da esterilidade da tagarellice caseira.

Muita parra e pouca uva — dirá o nosso povo.

Afirma-se na nota oficiosa que «foram postergados os interesses e os direitos dos Municípios, que para as Festas, *sòmente para elas*, haviam contribuído».

Isto revela má fé ou ignorância.

Como o assunto já foi esclarecido neste semanário, temos de declarar que há nesta afirmação propósitos de torcer a verdade.

Vamos reproduzir os factos:

Em sessão camarária de 22 de Novembro de 1934 foi deliberado lançar uma sobretaxa de \$30 em cada quilo de carne, por um ano, cujo produto reverteria a favor do monumento aos mortos da Grande Guerra, Festas e Casa dos Pobres.

Os marchantes, porém, sugeriram à Câmara a adopção das taxas cobrados pela sua congénere de Braga, com os encargos municipais da matança e condução de carnes.

Em sessão de 21 de Fevereiro de 1935, conforme consta da respectiva acta, a Câmara aceita a sugestão dos marchantes, isto é, chama a si os encargos da matança e da condução das carnes para os talhos, sem qualquer compromisso de Festas ou monumento.

Mais: ordena o tabelamento das carnes para venda ao público, por forma que os preços não venham a sofrer agravamento.

A Câmara subsidiando as Festas com 70 contos, fazia-o espontaneamente, sem qualquer compromisso. Tudo isto consta das actas.

Onde está a veracidade da afirmação contida na 2.ª nota oficiosa, de que foram postergados os direitos dos Municípios, que para as Festas, *sòmente para elas*, haviam contribuído?

Porque se torce a verdade?

Porque se propõe a Direcção da Associação Comercial desprestigiar-se publicamente?

Será isto tudo com o intuito da dignificação da Terra?

Misero bairrismo!

E está Guimarães dependente destas «altas» mentalidades!

«Correio do Minho»

A êste nosso colega bracarense, apresentamos os nossos mais efusivos parabens, pelo retumbante êxito que o seu número de 26 de Maio, dedicado ao Ano X da Revolução Nacional, obteve.

Sob o ponto de vista gráfico, a arrojada iniciativa do *Correio do Minho* constitue um acontecimento inédito nos anais da imprensa portuguesa.

Ecos de uma manifestação grandiosa

A descrição das emocionantes cenas de entusiasmo popular, franco e espontâneo, que a passagem do Presidente de Ministério suscitou desde Braga à Penha, no dia 27, do mês passado, constituiria uma página glorificadora da obra do Estado Novo.

Na estrada de Braga surge uma velhinha encarquilhada mas dura, a aclamar a plenos pulmões o Sr. Dr. Oliveira Salazar.

Interrogada porque assim vitoritava o Construtor do Estado Corporativo, responde pressurosa: é àquele Senhor que nós vemos a fonte cá da aldeia.

Sintomático e expressivo.

E a mulher de S. Torcato que logo às primeiras horas da manhã chegou à Penha com uma saca de flores para saudar o Sr. Dr. Oliveira Salazar!

Quando a figura serena e varonil de Salazar se apeia do automóvel, aquela mulher de S. Torcato corre, aproxima-se do automóvel, e cheia de entusiasmo, doida de alegria, lança mãos cheias de flores sobre o Presidente de Ministério.

Salazar acolhe esta manifestação de jubilo com um sorriso nos lábios.

Acabadas as flores a mulher de S. Torcato, com a sua mão rude agarrada ao braço do Presidente do Ministério, grita — Viva o Sr. Dr. Oliveira Salazar, viva o meu Pai!

Interrogada, responde que foi o Sr. Dr. Oliveira Salazar, que lhe resolveu o caso da pensão de sangue a que tinha direito.

A mulher de S. Torcato já tinha ido a Lisboa ao gabinete do Presidente de Conselho tratar directamente da questão.

Oiçamos agora a mulher da fábrica que em conversa com a companheira, declara: se não fôsse o Sr. Dr. Oliveira Salazar ainda hoje não tínhamos tempo para «lavar os farrapinhos» e cuidar da vida da casa.

O povo das fábricas deve-lhe o cumprimento das oito horas de trabalho.

Foi por isso que a boa gente de Guimarães aclamou com sinceridade e entusiasmo, em manifestações de delírio, a figura grandiosa de Salazar.

O nosso povo não quer que lhe mintam — e Salazar usa a linguagem da verdade.

O nosso povo está farto de palavras, e Salazar convence pelas realidades, pelos melhoramentos rurais, fontes, caminhos, escolas, etc., pela obrigatoriedade das oito horas, e fazendo justiça, como o caso da pensão de sangue da mulher de S. Torcato.

Salazar está na alma do povo.

DO CONCELHO

Caldas das Taipas

(Atrasada)

Prepara-se aqui uma imponente manifestação ao sr. Presidente do Conselho e comitiva, para quando, em regresso de Braga, passar a esta povoação com destino a essa linda cidade histórica, na próxima quarta-feira.

— Realizou-se ontem, em S. Lourenço de Sande, o funeral do bondoso e querido amigo sr. Manuel de Jesus Costa, da casa da Eira, grande proprietário daquela freguesia. Que o Senhor o tenha recebido na sua mão direita.

— Encontra-se enfermo, com certa gravidade, o pároco de Santa Maria do Souto, rev. Américo José Fernandes.

Fazemos votos muito sinceros pelo seu restabelecimento. — C.

Brito, 28-5-936

Na passagem, por esta freguesia, de Suas Ex.^{as} o Venerando chefe de Estado e Presidente do Ministério, também o povo, a convite do seu rev. pároco, acorreu em massa, para saudar Suas Ex.^{as}, lançando-lhes flores, a flux. As crianças das escolas e da catequese, empunhavam açucenas que lançavam à porfia também. A ex.^{ma} casa de Ribeiro, mandou engalanar pelos seus caseiros, a estrada que estava deslumbrante, com bandeiras, mastros, festões e dísticos de saudação. Suas Ex.^{as} agradeceram, comovidos, as vibrantes aclamações.

— Após dolorosos sofrimentos, finou-se em Campelos, o sr. Pires da Cal, empregado do escritório da Companhia de Fiação. Comoveu-me e edificou o meu coração de crente o acto, nobre e digno, dos ex.^{mos} Directores da Companhia, que entraram na casa mortuária e, ajoelhados perante o cadáver, rezaram por algum tempo, com os olhos humedecidos, pela saúde do seu cooperador no rendimento do capital. Felizes os operários que têm assim tam dedicados directores. Os meus respeitosos parabens a Suas Ex.^{as}

— Vai findando o mês de Maio, muito frio e nevoento. «A velha podia comer as cerejas ao lume;» poucas comeu, porque este ano, houve diminuta colheita.

Para aqueles que quiseram ser bons católicos, indo à tarde, na sua igreja paroquial, prestar o tributo do seu amor à Mãe de Deus e dos homens, ficarão indelévels saúdes de tam belos ensinamentos e repasto espiritual que lá receberam. As senhoras cantoras primaram em apresentar, todos os dias, lindos e mimosos cânticos a Maria, com ladainhas variadas.

Os meus parabens e que o seu brio de cantar acompanhe a pureza do seu coração. Ficava-lhe muito bem a decoração que a casa

do Ribeiro lhe ofereceu. Uma pessoa, de longe, que por aqui passaram, indo visitar a nossa igreja, saíram encantadas, por verem os altares, muito limpos e asseados, mesmo à semana. Louvaram muito e apreciaram o cuidado das senhoras zeladoras. Parabens, pois; porque não obstante estes trabalhos não deverem ser feitos por causa dos louvores humanos, no entanto sempre consola ouvir louvar o que é nosso. — C.

Vizela

Casino Peninsular — Consta-nos que este ano abre o Casino.

Não se admitia, que, como no ano findo, ficasse encerrado tam preponderante factor do progresso desta privilegiada estância termal.

A quem quer que seja o seu arrendatário desejamos felicidades e bom negócio.

Nova Filarmónica — Já está definitivamente constituída a nova banda. Vem encher uma grande lacuna.

Não se admitia que em Vizela, terra de verdadeiros valores musicais não existisse uma filarmónica.

Vamos, pois, ter uma banda nossa, sem necessidade de arrebanhar fora clarinetes.

Temo-los que cheguem e até para alugar e despachar...

Deus queira que não seja música para dois dias.

E' preciso acabar com o azar em que andamos nesta aborrecida questão de música e músicos. — C.

Idem, 24 Maio

Festividade — Decorreu com gran e pompa a festa ao Milagroso S. Sebastião, ue constou de missa a grande instrumental, sermão por um orador dessa cidade, da oficina de S. José, e de tarde, procissão e bênção.

Foi juiz desta festa o menino Emanuel Dubini Lopes Guimarães, filho do nosso particular amigo sr. Joaquim Lopes Alves Guimarães.

Albérico José da Silva — Ainda devido ao trágico desastre de Urgeses, ocorrido em 18 do corrente, finou-se, a ós dolorosos sofrimentos, este nosso querido amigo e distinto jornalista, que foi director do semanário *Povo da Lixa* e industrial de Tipografia, em Vizela.

A nova, ao ser conhecida aqui em Vizela, causou enorme pesar, pois o desventurado Albérico tinha em cada vizelense um amigo, devido ao seu carácter bondoso e caritativo.

A família do sãduoso amigo, envia o *Berço da Grei* o seu cartão de sentidos pesames.

Colónia Alemã no Pôrto — Como no ano anterior, chegaram hoje a esta vila, os alemães residentes no Pôrto, que passaram o dia no Parque, onde a banda dos internados das Oficinas de S. José de Guima-

«Diário da Manhã»

O número dedicado por este diário de Lisboa, ao Ano X da Revolução Nacional, constitue um documentário grandioso de dez anos de excepcional acção reconstitutiva na História Portuguesa.

Ao folhear aquelas páginas tradutoras de realidades, de obras, de factos, num breve decénio, espanta-se como um povo abatido por um século de parlamentarismo se levantasse num esforço titânico de reconstrução.

Não é sem um frémio de patriotismo que se lêem aqueles números e admiram aquelas fotografias, autenticando o eslórcio redentor da raça sob a égide do Estado Novo.

Inserer também belos retratos do Presidente da República, Salazar, Marechal Gomes da Costa e Sidónio Pais.

A acção municipal através do pais nestes 10 anos de Revolução Nacional está descrita com inteligência e bom gosto.

Este número contém 150 páginas.

PEDIBOLA

Visitou-nos domingo a Associação Desportiva Sanjoanense, grupo precedido de bom nome, que em luta com o Vitória ficou derrotado pelo expressivo score de 6-2.

Os locais, apesar da superioridade demonstrada, desenvolveram na primeira parte futebol irregular e desconexo.

Após o intervalo carrilaram com mais acerto.

«Sejamos, os que têm fé no futuro português, uma só vontade, e um só pensamento.

E façamos então tudo que estiver ao alcance das nossas forças para que se restabeleçam na Nação as condições indispensáveis para que o Império português seja uma realidade viva, palpitante e fecunda, como já foi um dia, e corresponda às necessidades mais instantes da nossa civilização.

Por mim, tenho fé..»

Dr. Alfredo Pimenta.

rães se fez ouvir com um reportório longo e variado.

«Cine Parque» (Sonoro) — Com grande concorrência, realizou-se hoje a anunciada sessão cinematográfica «Milagres de Lourdes», que foi seguida com enorme interesse do principio ao fim.

No próximo domingo, exhibe-se o filme «Uma noite aconteceu...» — C.

A taxa de desconto

Desde 11 do mês corrente a taxa de desconto do Banco de Portugal baixou a 4 e meio p. c.

E' incontestavelmente um acontecimento notável, que tem explicação pelo restabelecimento da ordem financeira alcançado em 1928. Desde então, o Estado deixou de absorver as disponibilidades monetárias com que preenchia os déficits das contas públicas.

Convém recordar que nesse ano a dívida flutuante atingia 2.065 mil contos, nos quais se compreendiam 1.245 mil contos de bilhetes de Tesouro com juro de 7 a 8 p. c., e 584 mil contos na conta corrente com a Caixa Geral de Depósitos. E' sabido como a dívida flutuante foi extinta e apresenta desde Setembro de 1933 saldos crédores, que em 31 de Dezembro do ano findo se elevaram a 617 mil contos. Os depósitos nos bancos e estabelecimentos de crédito, que em 1928 somavam 2.799 mil contos, subiam em 1935 a 4.935 mil contos.

Com a política financeira do sr. dr. Oliveira Salazar promove-se o abaixamento sucessivo das taxas de juro. A taxa de desconto do Banco de Portugal que era em 1928 de 8 p. c., desce a 7,5 em 2 de Junho de 1930, a 7 em 10 de Agosto de 1931, a 6,5 em 4 de Abril de 1932, a 6 em 13 de Março de 1933, a 5,5 em 11 de Dezembro de 1933, a 5 em 13 de Dezembro de 1934, e, finalmente, agora a 4 e meio p. c.

De longa data nunca tinha baixado a menos de 5 p. c. Desde 1908, as taxas fôram as seguintes: de 9 de Janeiro de 1908 a 22 de Junho de 1913 6 p. c.; até 2 de Julho de 1920, 5,5 p. c.; até 14 de Julho de 1920, 6 p. c.; até 2 de Setembro de 1920, 7 p. c.; até 30 de Abril de 1923, 8 p. c.; até 11 de Setembro de 1926, 9 p. c.

Paralelamente, o Estado pagava pelos bilhetes do Tesouro juro que de 1924 a 1926 chegou a 10 p. c. a prazo de um ano e 11 p. c. a prazo de 2 anos. O empréstimo de 6 e meio p. c. ouro emitido em 1924 atinje o juro de 13 p. c.

No mercado livre praticavam-se taxas de desconto de 10,5 a 12,25 p. c. e nos empréstimos particulares de 18 e 20 p. c.

Nos empréstimos emitidos pelo Estado posteriormente a 1928, o juro desce sucessivamente de 6 três quartos p. c. a 3 três quartos p. c. e o produto arrecadado das emissões é da média de 96 p. c.

Por decreto de 7 de Março de 1932 a taxa de juro dos descontos e empréstimos efectuados pelos Bancos, casa bancárias e outros estabelecimentos de crédito não pode exceder em mais de 1,5 p. c. a taxa de desconto do Banco de Portugal.

Os juros empréstimos feitos por particulares fôram limitados

João Ferreira das Neves

Rua de Santo António — Guimarães — Telefone 181

Apresenta para bem servir os seus estimados clientes como sempre os seguintes horários:

Carreira entre GUIMARÃIS e PORTO

Partidas de Guimarães
8 h., 12,30 e 18,15

Partidas do Porto
8 h., 10,15 e 17

Carreira GUIMARÃIS — POVOA DE VARZIM

Partida de Guimarães
7,30 h.

Partida da Póvoa
17,30 h.

Carreira GUIMARÃIS — PEVIDEM

Partidas de Guimarães
7,35 h., 12 e 19

Partidas de Pevidem
8 h., 12,30 e 19,30

a 8 p. c. para os que tenham garantia real e a 10 p. c. para os restantes, não podendo fixar-se nos respectivos contratos cláusulas penais ou outros encargos, taxa anual, para este efeito, superior a 4 p. c.

O resultado desta política permite calcular, *grosso modo*, uma economia superior a 110 mil contos, média anual, nos juros pagos pelos empréstimos que aproveitaram às actividades económicas do país.

O traje regional

Numa manifestação de sadio espiritualismo e amor regional, todas as terras portuguesas se entregam, contentes e alvoroadas, à tarefa bem dita de resgatar o traje.

O retumbante triunfo obtido pela exposição de trajes que a Associação Comercial e Industrial de Lisboa promoveu, constituiu o foco de revivência da reabilitação das indumentárias.

E' que o traje é o reflexo da alma do povo, o espelho da sua idiosincrasia índice do seu gosto estético.

Movimentam-se os etnógrafos que em magistrais dissertações, como a de Luiz Chaves, traçam as directrizes a que deve obedecer o resgate do traje.

Braga manda confeccionar 200 fatos.

Como Braga, Póvoa de Varzim, Valença, Famalicão, etc., ressuscitam os seus trajes antigos, que aliados aos ranchos de Viana, Cabeceiras, Barcelos, Amarante, e de muitas outras terras de Entre Douro e Minho, desfilarão «numa incomparável e bellíssima sinfonia de côros pelas ruas da cidade maravilhada, debaixo do belo sol de Junho — o sol do S. João».

Este número, só por si, está a despertar, vivo interesse e será motivo de atracção de forasteiros às festas da cidade de Braga.

Em Guimarães, como número festivo das «Gualterianas» e en-

sejo de resgate do traje local, o vereador sr. A. L. de Carvalho propôs a criação de um rancho com músicas de sabor regionalista.

Para presidir a esta obra de superior beleza artística foi indicado o sr. Alberto Vieira Braga, cujo valor etnográfico era segura garantia de êxito.

Do Conselho Nacional de Turismo estava prometido largo subsídio para esta reconstituição.

Obra de cultura, de beleza, de amor regional, era de crer que tivesse pleno aplauso dos vimeiranos.

Pois, deu-se precisamente o contrário.

A estupidez indígena levanta-se desvairada a gritar: «Aqui del-rei» que nos querem desfalcas a verba das Festas!

O órgão regionalista, o *Notícias de Guimarães*, espelho da maledicência caseira, em vez de acarinhar tam elevada iniciativa regional, mais não fôsse em respeito pelo título que usa no cabeçalho, mimoseia com os termos «labroste» e outros de igual jaez esta proposta de reconstituição.

Para «êles» as festas resumem-se a iluminações, músicas e foguetes.

Emquanto Guimarães não se libertar desta praga de bairristas, não marcha, pelo contrário, recua.

Parabens a Braga pela lição que soube dar à boçalidade caseira do burgo afonsino.

Cópia do Telegrama enviado por S. Ex.^a o Senhor Presidente da República ao Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Guimarães

«Com as minhas saudações para V. Ex.^a e seus Ex.^{mos} colegas da Comissão da União Nacional da sua ilustre presidência venho exprimir-lhes o meu vivo reconhecimento pela simpática e acolhedora recepção que me foi dispensada na minha passagem pela nobilíssima cidade de Guimarães.»

GENERAL CARMONA.

Inspecções militares

As inspecções dos mancebos para a vida militar, residentes no concelho de Guimarães, realizam-se no mês de Julho nos dias seguintes:

Dia 4 de Julho — Abação (S. Tomé), idem S. Cristovão, Airão (S. João e Santa Maria) Aldão, Arosa e Atais.

Dia 6 — Azurém, Balazar, Barco, Briteiros (S. Estevão, Santa Leocádia e S. Salvador).

Dia 7 — Brito Caldas (S. João e S. Miguel).

Dia 8 — Caldelas, Calvos, Candedoso (S. Martinho e S. Tiago), Castêdes, Conde e Corvite.

Dia 9 — Costa, Creixomil, Dominim e Fermentôes.

Dia 10 — Figueiredo, Gandra, Gémeas, Gomenhais, Gonça, Gondar, Gondomar e Guardizela.

Dia 11 — Oliveira e S. Paio.

Dia 13 — S. Sebastião, Infantas, Infias, Leitões e Sobeira.

Dia 14 — Longas, Lordelo, Mascotelos, Matamá, Mesão-Frio e Moreira de Cónegos.

Dia 15 — Nespereira, Oleiros, Paraíso, Pencilo, Pentieiros, Pinheiro e Polvoreira.

Dia 16 — Ponte, Prazins (Santa Eufêmia e Santo Tirso), Rendufe e Ronfe.

Dia 17 — Sande (S. Clemente, S. Lourenço, S. Martinho e Vila Nova).

Dia 18 — S. Torcato, Selho (S. Cristovão e S. Jorge).

Dia 20 — Selho (S. Lourenço), Serzedelo, Serzedo, Silvares, Souto (Santa Maria e S. Salvador).

Dia 21 — Taboadelo, Tagilde, Urgezes, Vermil, Vizela (S. Faustino e S. Paio).

Feiras S. Gualter

Por deliberação camarária ficou constituída pelas seguintes individualidades a comissão organizadora das Feiras e Festivais de S. Gualter:

Dr. Joaquim de Barros, Casimiro Fernandes, António Emilio Ribeiro, João Sampaio e A. S. de Carvalho, representante do Município.

CORPORATIVISMO

A inauguração da secção do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Textil de Fafe vai constituir mais uma grandiosa jornada do Estado Novo Corporativo.

Nesta secção encontram-se já filiados cerca de 1.600 sócios.

A sua inauguração efectuar-se-á, provavelmente, no dia 11 de Julho, com a presença do sr. Ministro do Comércio e Indústria, Sub-secretário das Corporações e dr. Henrique Cabral, ilustre Delegado do Instituto Nacional de Trabalho, deste distrito.

Hora alta!

Nesta hora alta que vive, hoje, Portugal, quis *O Berço da Grei* associar-se à comemoração festiva do X ano da Revolução Nacional, iniciada em 28 de Maio de 1926 no coração do Minho, pelo Exército sob o mando prestigioso de Gomes da Costa.

Bem é que assim seja — porque nada mais próprio do título que usa; nada mais consentâneo com a doutrina que defende!

Berço da Grei — Guimarães — exultou ontem com a passagem de Suas Ex.^{as} o Chefe do Estado e o Chefe do Governo, que lá no alto da Penha terão olhado para a extensão da terra mãe de Portugal até à curva do Oceano que ao longe rebrilha e se inclina para o além Império — e foi para que Portugal Império se afirmasse, consolidado e próspero, no Continente e no Ultramar, que o Exército — (saturado já da vil tristeza de um século — em atitude firme, resoluta, consciente das suas responsabilidades para com a Pátria contraídas, numa manhã do quasi findar de Maio — no momento em que Portugal ia dar princípio a uma das mais solenes manifestações nacionais de amor à sua Padroeira) — numa arrancada de Paz, partida, sob os olhares da Imaculada, deu começo à obra do resgate desde 15 anos ansiada e pedida pela alma da Nação.

E eu não sei se Suas Ex.^{as} tiveram nesse momento a mesma impressão que em 28 de Maio de 1926 encheu de esperança a alma nacional; — a Revolução venceria pela protecção da Senhora da Conceição — hoje vence, e vencerá de futuro, pela vassalagem secular que lhe presta, se essa vassalagem — fiadora da sua Independência — fôr continuada e reafirmada.

Berço da Grei — Guimarães — sente seguramente como nenhuma outra terra de Portugal a hora alta de 28 de Maio!

Mas também como nenhuma outra confia nas virtudes ancestrais da raça nossa — porque essas aqui nasceram de aqui irradiaram na Conquista: foi do altar da igreja do Salvador e de Santa Maria que Portugal se desprendeu de Castela, se tornou livre e independente — e a liberdade e independência da Pátria, em Aljubarrota e em 1640, estão na medida da vassalagem à Imaculada.

Afirmá-lo na comemoração de hoje é ter segura esperança na vitória do futuro!

COSTA SANTOS.

N. da R. — Por nos ter chegado tarde, não foi possível inserir este artigo no nosso número passado, comemorativo do Ano X da Revolução Nacional.

Parte do discurso pronunciado pelo Sr. P.^e Carlos Simões de Almeida, no sarau promovido pelo Orfeão de Guimarães

Minhas senhoras e meus senhores:

O lugar que fui chamado a ocupar exige que vos diga algumas palavras de apresentação do nosso Orfeão.

Cá estamos nós. Depois de dispêndio escusado de energias, gastas em vencer inércias, aqui nos apresentamos diante de V. Ex.^{as} para que nos façam justiça.

Não pedimos justiça a qualidades eminentes de cantores consumados, pois não ireis ficar com as faculdades de julgar paralizadas ao ouvir, pela vez primeira, este Orfeão incipiente, como ficaram os sábios juizes do Areópago de Atenas diante da beleza estonteante da linda Frineia, mas justiça ao labor contumaz e inteligente de um homem, ao entusiasmo e disciplina modelares dum punhado de rapazes da nossa terra, que vivem no meio de nós, que estamos habituados a acotovelar todos os dias na labuta insana do trabalho, sem que adivinhassemos nêles fontes fecundas de ritmo cristalino, mananciais de harmonia pura que, canalizados e unidos em consonâncias e ondas de melodia, como que seaporizam em filigranas de espuma, morrem em sussurros de brisa; se elevam em catadupas de notas musicais, em fortísimos, vigorosos, firmes ou duros, formando verdadeiras cachoeiras de sons, indómitos e ásperos, para afinal virem morrer, mansos e meigos, em trémulos suspiros de saudade, como que a beijar humildemente as modestas ervinhas dos campos em flor.

Quero que façais justiça e tributeis um pedaço de admiração àqueles que, nos tempos presentes, quando a mocidade se queima e inutiliza em bacanais de prazer e gasta suas energias vitais na escola do lupanar, sabem vencer as seduções do meio que os cerca, as alucinações da matéria, e trocam a orgia fácil, pelos prazeres puros do espirito; gastam o tempo de legítimo repouso em elevar a sua alma aos páramos da arte, fechando-se horas seguidas num salão, em abandono consciente da sua individualidade à disciplina rígida e austera de uma batuta, que exige, mantém e força à ordem e ao método.

Assim, educam a vontade, dominam os nervos e numa escola viva e movimentada de solidariedade, se vão iniciando nos segredos de Euterpe, embebendo-se nas regiões ignoradas da harmonia, descobrindo valores desconhecidos na cadência e na combinação dos sons.

— E' que, minhas senhoras e meus senhores, o cantar é ingénito à alma dos seres.

Canta a brisa inconsciente brincando na folhagem, nas tardes lindas da Primavera.

Canta a avezinha rodeando oninho, onde crescem os filhos, entre as ramagens semi-ocultas das hortas.

Canta o lavrador ao aboiar os meigos amigos de olhar doce, que o ajudam a revolver a terra que há de dar pão; canta a cigarrina nas tardes ardentes de Agosto calmoso; canta a mãe ao embalar o filhinho das suas entranhas e canta ainda para adormecer dentro do peito as tristezas amargas da agra vida, ou entreter a saudade nostálgica do que não volta.

Canta a água na roda da azevinha e, em fiosinhos que escorrem pelas rochas, canta a água, que foi neve branca e fria e agora é o regalo do solo ressequido pelas ardências do sol de Julho.

E a terra, toda num acordar jubiloso de Maio florido, canta — canta hinos suaves de ternura, que vão da terra aberta aos amores de Flora ao tórno místico de Deus criador.

Tudo sonha, tudo ama, tudo canta e a alma indefnida do homem, na ansia insofrida de conhecer e amar, sente dentro em si o vácuo imenso da poesia que o manda cantar também. E o eterno insatisfeito canta solitário nas horas de amarga saudade para se consolar do bem infinito que não atinge nem possui.

E a virgem mística, que procura em Deus o amor que não encontra na terra e compartilha com o desgraçado da dor que ficou em legado ao homem, a mística virgem do templo, nas horas de amorosa conversa com Deus, quando já não encontra na palavra a ternura com que possa comunicar com o Esposo eterno, rompe em canticos e hinos sagrados e é, só cantando, que sente o coração mais próximo do coração de Deus eternamente Pai.

Tudo sonha, tudo ama, tudo canta. E' que o cantar é ingénito à alma dos seres.

E nós, minhas senhoras e meus senhores, cantamos também.

Mas cantar, combinando os sons, dirigindo as tendências inatas do ser humano para formar um todo uno concertante e harmónico, que não seja apenas o grito das nossas mágoas próprias; mover a alma de quem ouve; despertar as emoções da arte duradoiras, é obra de génios superiores que sabem arranjar todos os efeitos da desajeitada voz humana, e transformá-la em doce harmonia e encanto.

Quási a terminar, o Presidente da direcção do Orfeão, tornou público o seu agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal, que compreendendo nitidamente o valor destas agremiações artísticas na educação artística e a utilidade pública na propaganda da Terra e elevação do espirito popular, cedeu generosamente o salão de ensaios e sede do Orfeão.

A Literatura Infantil

A entrada da Primavera com o florescer dos jardins e dos pomares e com o apontar das folhas novas que fazem as colinas despir o pardacento manto em que pareciam envolver-se como velhas à lareira, transmitem-nos uma sensação de renovação, de vida nova que não se pressente apenas na paisagem e nos troncos revigorados.

Há muito que as crianças mereceram aos poetas a imagem de rosas a desabrochar. E' natural, portanto, que os jardins floridos, não desmentindo os poetas, me lembrassem para assunto duma crónica ligeira, como um vôo de andorinha, as crianças e as páginas que para elas se escrevem. O assunto não é novo, mas eu tenho para mim que há assuntos inesgotáveis e em perene renovação a que o tempo e a evolução intelectual caracterizadora das épocas não fazem perder a vida que os anima.

Eça dedicou-lhe alguns momentos de ternura em que certamente o seu monóculo escorregou da órbita impellido por uma lágrima de comoção.

Sem intuitos ou pretensões pedagógicas e levado pelo carinho que sempre me inspiraram as crianças (e não por um frio desejo analítico de gabinete), procurei ver e anotar o movimento da literatura infantil portuguesa.

Li não sei onde que as crianças governam omnipotentemente os lares, ao que eu acrescento — que apenas — como bonecos ou brinquedos que ameaçam quebrar-se a todo o momento.

Em Portugal não se olham as crianças como asseguradoras da perpetuação de uma raça e de uma Pátria — e s porque a literatura infantil não tem a fortaleza um alto e profundo intuito educativo.

Quási todas as pequeninas e coloridas brochuras que despertam uns ávidos olhares das crianças de Portugal são fruto do coração da mulher, o que nos mostra que ela não sai do seu âmbito de condutora da mentalidade infantil.

Há porém a acrescentar que o encanto por vezes encontrado naquelas páginas, visa apenas a imaginação e não o coração das pequeninas tiranas das nossas casas.

Eis aqui o necessário desvio a efectuar na orientação da futura literatura infantil.

FRANCISCO ALDÃO.

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA